

Nº 1155, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 2008

Woo: governo precisa defender nossas empresas

O deputado **William Woo (SP)** compartilha da mesma opinião de **Eduardo Azeredo**. Para ele, o Brasil precisa atuar em defesa dos direitos dos brasileiros. "O governo necessita defender essas empresas e, além disso, ter uma ação ativa para proteger qualquer brasileiro que esteja no exterior. É preciso ter uma atuação efetiva da embaixada brasileira no país vizinho", completou. Para entender melhor a crise entre Equador e Odebrecht, Woo, membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, pediu à Embaixada do Equador no Brasil mais informações sobre o assunto. "Até agora não temos um relato exato do que aconteceu lá", apontou.

Energia nuclear: MME avizala proposta de Kaefer

O deputado **Alfredo Kaefer (PR)** defendeu na última sexta-feira o fim do monopólio estatal na área de energia nuclear. Segundo ele, a entrada de capital privado no setor vai estimular a produção de energia elétrica e liberar o governo federal para investir mais recursos em educação, saúde, segurança pública e habitação. Proposta apresentada pelo tucano nesse sentido recebeu o aval da Secretaria de Planejamento do Ministério das Minas e Energia (MME). Em nota técnica divulgada semana passada, o órgão federal afirmou que a participação de investimentos privados na construção e operação de usinas nucleares poderá ser benéfica para a economia.

☞ Leia mais no site



Horário de fechamento: 20h

Tucanos: Brasil é fraco em crise no Equador

Parlamentares do PSDB acusaram o presidente Lula e o governo brasileiro de omissão e fraqueza diante da crise do Equador com a empresa brasileira Odebrecht. Integrante da Comissão de Relações Exteriores do Senado, **Eduardo Azeredo (MG)** avaliou na sexta-feira que mais uma vez faltou firmeza da gestão petista para resolver situações que envolvem companhias nacionais no exterior.

FALTA DE FIRMEZA

Semana passada, em Nova York, Lula disse não se preocupar com a expulsão da empreiteira do Equador e que essa crise não vai afetar as relações entre o Brasil e o país vizinho. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, também minimizou o problema ao afirmar que o Executivo vai tratar a questão com calma e que o empréstimo de US\$ 243 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi feito à Odebrecht, e não ao governo equatoriano. E que, por isso, o governo daquele país não dará um calote ao Brasil. No entanto, a empresa depende do pagamento por parte do Equador para quitar a dívida junto ao BNDES.

O presidente do Equador, Rafael Correa, ordenou na última terça que a Odebrecht

suspendesse as operações no país e enviou tropas militares para confiscar o terreno ocupado pela construtora. Esse embargo aconteceu porque a usina hidrelétrica construída pela empreiteira apresentou problemas desde junho deste ano. Em virtude do embargo da obra, o presidente equatoriano ameaçou não pagar o empréstimo milionário ao BNDES.

"O Brasil tem que ser firme, mas está agindo com dubiedade na reação. Quatro brasileiros que trabalhavam na empresa tiveram seus direitos constitucionais cassados e foram impedidos de deixar o país. Além disso, houve uma invasão aos canteiros das obras brasileiras e existe ameaça de calote do financiamento. O Itamaraty precisa ter uma reação mais firme", cobrou Azeredo.

Para o senador, o Brasil está certo em manter a diplomacia com os países vizinhos, mas precisa defender os direitos dos brasileiros em primeiro lugar. "O governo brasileiro precisa ter uma reação mais firme. Ninguém defende que haja uma resposta violenta e nem radicalismo, até porque o Brasil tem a tradição de diplomacia, mas é preciso firmeza para defender os interesses nacionais", reiterou.

■ Leia mais ao lado

Gustavo Fruet cobra redefinição da agenda da CPI das Escutas

Faltando pouco mais de dois meses para o encerramento dos trabalhos – previsto para 4 de dezembro – a CPI das Escutas Telefônicas Clandestinas ainda não recebeu uma série de documentos e dados importantes e precisa agora redefinir a agenda de depoimentos. É o que afirma o deputado **Gustavo Fruet (PR)**. O tucano defende que o presidente do colegiado, deputado Marcelo Itagiba (PMDB-RJ), analise com a consultoria da comissão os documentos encaminhados pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, para, com base nisso, discutir a possibilidade de torná-los públicos.

ABERTURA DE SIGILO

Semana passada o ministro enviou à CPI a relação dos equipamentos comprados em 2005 pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), além do laudo da perícia feita pelo Exército nesse equipamentos para saber se eles têm capacidade de fazer interceptações telefônicas. O laudo foi classificado como reservado, e a relação de equipamentos recebeu o carimbo de confidencial - um grau ainda maior de sigilo.

O presidente da CPI enviou a Jobim um ofício pedindo que o ministério abra mão do sigilo da

documentação. Para Fruet, a análise do laudo e da relação de equipamentos será muito importante para a continuidade dos trabalhos da comissão, que pretende encomendar uma perícia nos equipamentos a ser feita em Campinas (SP). Por enquanto, além do laudo do Exército, existe um feito pela PF segundo o qual os equipamentos da Abin não podem fazer escutas telefônicas. Jobim afirma que os aparelhos tem sim essa capacidade. Diante dessa divergência, a CPI tenta avançar para descobrir a verdade.

Para Fruet, é um erro partir para a mera desqualificação dos laudos. Para o deputado, é importante que a CPI tenha acesso a uma série de outras informações ainda não recebidas. Entre elas, os dados completos sobre escutas autorizadas pelo Judiciário e executadas pelas operadoras; a relação de escutas ilegais apuradas pela Polícia Federal e pela Justiça, em especial na Operação Chacal; e as informações sobre a apuração relativa ao grampo envolvendo o ministro do STF Gilmar Mendes e o senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

☞ Leia mais no site



■ Especial - 20 anos da Carta Magna ■

Tucanas constituintes destacam avanços em defesa da mulher

Nos 18 meses de atividade da Assembléia Nacional Constituinte, elas tiveram papel fundamental, apesar de serem apenas 26 em um universo de 559. As parlamentares constituintes se destacaram na luta pela defesa dos direitos da mulher e pela igualdade de condições com os homens e, também, na busca da consolidação da democracia após quase duas décadas de regime militar no Brasil.

EM BUSCA DE DIREITOS

Na Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, a mulher foi contemplada com 28 dispositivos inovadores. Basta lembrar do artigo 5º, inciso I da Carta, que estabelece antes de tudo que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Destaque também para os direitos no tocante ao exercício do trabalho, no qual fica proibida a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. A união estável também foi outra novidade no conjunto de leis que acabava de nascer.

Primeira mulher deputada federal e primeira senadora por Goiás, eleita constituinte em 1986, **Lúcia Vânia** atuou na assembléia pela adoção de uma definição democrática de família, que contemplasse a igualdade entre os sexos e não discriminasse as uniões não formalizadas nem as famílias uniparentais.

Integrante titular da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e da Comissão de Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, a parlamentar lembrou de sua determinação em incorporar no texto constitucional artigos voltados para a situação da mulher, contra a posição daqueles que insistiam em afirmar apenas direitos genéricos, reivindicáveis por qualquer cidadão ou cidadã. “Até o nome da comissão, por estranho que hoje possa parecer, foi objeto de debate até prevalecer a expressão direitos e garantias do homem e da mulher”, lembrou.

Lúcia Vânia também trabalhou pela consolidação da licença-gestante e para que se começasse a discutir o planejamento familiar no país, entre outros pontos. “Sustentei que cabia ao Estado a garantia de acesso à informação e aos meios necessários ao planejamento familiar. Apresentei propostas para ampliar a licença gestante, além de defender a retirada da criminalização do aborto do texto constitucional. Embora minha posição pessoal seja contrária ao aborto, penso que sua criminalização ignora a complexidade de situações que se impõem sobre as mulheres que optam por isso”, assinalou.

Na opinião da senadora do PSDB, uma das características mais relevantes da Carta de 1988 foi a abertura de novos canais de participação direta do cidadão. “Além do plebiscito, já previsto na Constituição de 1967, a nova Carta acrescentou duas novas formas de exercício da

soberania popular de maneira direta: o referendo e a iniciativa popular”, apontou.

RESULTADO SATISFATÓRIO

Outra tucana histórica que teve participação ativa na Assembléia Constituinte foi a deputada do então Partido Democrático Social (PDS) **Myriam Portella**. Atual presidenta da Executiva Municipal do PSDB em Teresina, Myriam se filiou ao partido em 1989, um ano depois de sua fundação. Membro da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte e da Comissão da Ordem Econômica, ela recorda com orgulho dos trabalhos no Congresso Nacional para dar forma à nova Carta.

“Após tanto tempo de ditadura, tínhamos uma sede muito grande de abertura, o desejo de que realmente se adotasse uma democracia no Brasil. E concordo plenamente com Ulysses Guimarães: realmente conseguimos fazer uma Constituição Cidadã”, afirmou. Muito próxima de Lúcia Vânia e de outras constituintes como **Moema São Thiago** e da atual governadora do Rio Grande do Norte, Vilma Faria, ela frisa que a bancada feminina procurou concentrar as discussões em temas sobre os quais havia consenso.

Além das conquistas já mencionadas na garantia dos direitos individuais e da mulher, Myriam destaca a defesa dos direitos também de negros e indígenas, a criação da licença-paternidade, a independência

administrativa aos municípios. “A questão local também foi muito importante. O município passou a ser uma esfera de competência administrativa, a ter a possibilidade de propor políticas públicas, e não somente o estado”, acrescentou.

Por último, ela lembra que havia grande expectativa em torno da nova Constituição e que, apesar da ansiedade e da tensão que tomavam conta dos constituintes, o resultado acabou sendo satisfatório. “Havia um sentimento de que teríamos de fazer uma Carta que reparasse os erros do passado e as muitas dificuldades que o povo enfrentava durante o período ditatorial. E ela também deveria acolher o novo momento político e jurídico pelo qual o Brasil passava. No final, deu muito certo”, resumiu.

Além das mulheres já citadas, as outras atuais integrantes do PSDB que formavam a Assembléia Nacional Constituinte e participaram da elaboração da Carta de 88 são **Anna Maria Rattes, Maria de Lourdes Abadia e Marluce Pinto**.

Para Lúcia Vânia, uma das características mais relevantes da Carta de 1988 foi a abertura de novos canais de participação do cidadão.

Segundo Myriam Portella, havia um sentimento de que os constituintes deveriam fazer uma Carta que reparasse as dificuldades sofridas pelo povo durante a ditadura.

